

Filosofia Política como arte viva no seio da Sociedade do Conhecimento

Introdução ao Simpósio

Filosofia Política enquanto pensamento reflexivo...

...**como arte viva** enquanto capacidade de atribuir à cidadania o papel social de dedilhar os valores civilizacionais da liberdade, igualdade, fraternidade e justiça

...**no seio da Sociedade do Conhecimento** enquanto dinâmica de transformação da informação útil em conhecimento ponderado pela perspectiva dos projectos de vida que presidem à individuação dos sujeitos interactuantes no âmbito das comunidades em que participam

Em perspectiva sinóptica, a imagem duma mão com os dedos percorridos pelo polegar simbolizará a função da cidadania na estimulação dos correlatos valores civilizacionais.

Investir a cidadania em tal função recorre à concepção da antropologia cultural de que o ser humano se distancia civilizacionalmente dos homínídeos a partir da capacidade de controlar o fogo e de produzir objectos, desde que se capacitou em mover os polegares das mãos, de modo a orientar os restantes dedos para a produção conjunta de ferramentas adequadas à exploração dos recursos ambientais, e simultaneamente para se expressar comunicacionalmente nas suas comunidades, através da criação representativa e até mesmo simbólica, desde a arte rupestre à da nossa contemporaneidade...

Quanto à matriz do pensamento implicado na reflexão que a imagem sugere, qualquer que seja a situação em presença, dir-se-á desde Paul Valéry¹ que o pensamento que habita a reflexão não é tanto a receptividade à imagem ingénua da realidade sensível, mas antes ao processo de observação que nos permita aceder às operações de compreensão, postulação de hipóteses e da disponibilidade para acolhimento da surpresa nas conclusões orientadas para a explicação dos fenómenos...

Em lato senso, as políticas públicas lidam com o desafio de introdução duma ordem de pensamento-acção na superação duma desordem, quer no tempo quer no espaço, recorrendo a mod(el)os de combinações regulares das especificidades de análise das várias ciências, bem como de saberes de conhecimentos menos explícitos, implicando nisso a criatividade conceptual unificadora da complexidade que subjaz às interacções sistémicas em presença.

Em contexto de exercício democrático do poder político, quer a análise diagnóstica quer o processo decisional capaz de comportar soluções justas e exequíveis não poderá abstrair do contexto das pessoas envolvidas nos impactos esperados das políticas assumidas. Quer nas dinâmicas top-down quer nas down-top, tornam-se pois cada vez mais imperativas a auscultação e a participação em todos os estádios do processo. Neste âmbito, a questão crucial está na habilitação geral para o efeito, recorrendo à panóplia de recursos de que dispõe a Sociedade do Conhecimento, tomando como esteio a educação ao logo da vida para todos. Mas essa é uma tendência em construção que se especifica em diversos campos e contextos.

Todavia, o exercício da democracia não é um dado adquirido na maior parte do mundo e mesmo nem sempre onde é assumido se pode considerar eficaz.

O primeiro dos powerpoints reporta-se ao universo problemático das regiões do mundo, onde impera o poder soberano que se alimenta da exploração das massas através de instituição de instrumentos de política pública orientados para o descarte de súbditos tanto mais vulneráveis quanto mais desmuniçados se encontram para lhes fazer face. Elegi o pensamento de Giorgio Agamben para o trazer à discussão.

O segundo reporta-se a países democráticos em cujo desenvolvimento todos têm tendencialmente o direito de intervir, embora atravessados por desigualdades de acesso ao conhecimento indispensável à observação criteriosa das situações em que se encontram e para cujos problemas pretendem encontrar soluções. Enquanto responsável pelo Projecto deste Centro de Investigação designado por Cidadania Social na Sociedade do Conhecimentoⁱⁱ, assumo uma quota parte da responsabilidade da correspondente utopia reportada ao universo problemático da habilitação da cidadania para se constituir como poder emergente na interacção com os restantes poderes.

Em suma: num mundo que se defronta com a ausência de um modelo de sustentabilidade civilizacional e ambiental, será que a cidadania poderá constituir-se como potencialmente capaz de impedir a perversão totalitária da democracia a ponto desta se ver envolvida na legitimação de práticas potencialmente criminosas? Será que uma utopia útil poderá desencadear a resistência ao incremento dos riscos perfilados no horizonte?

ⁱ *Introdução ao Método de Leonardo da Vinci, Lisboa, ed. Arcádia, 1979, p.17*

ⁱⁱ *Sítio na internet: www.cidadania-social.net*